

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E OS TIPOS DE AVALIAÇÃO: FORMATIVA E SOMATIVA

A BRIEF DISCUSSION ABOUT EDUCATIONAL ASSESSMENT AND TYPES OF ASSESSMENT: FORMATIVE AND SOMATIVE

Karina Eduarda Silva Nogueira¹
Solange Lima de Sousa²

RESUMO: No presente artigo abordam-se as dimensões da avaliação educacional e algumas concepções específicas da avaliação. Expondo conceitos referentes à avaliação formativa, classificatória e um breve discurso sobre a forma de uso na concepção mediadora, apoiando-se em diversos autores tais como, HOFFMANN (2008); LUCKESI (2002); PERRENOUD (1999); ESTEBAN (1999); LIBÂNEO (2006) entre outros. Para tanto, as abordagens deram-se com pesquisas bibliográficas, considerando os conhecimentos conceituais delimitados no qual apresentam o ato de avaliar no ponto de vista da formal e da classificação. Baseando-se no levantamento teórico afirma-se que a avaliação na concepção formativa e classificatória ainda estão presentes nas instituições escolares. Explorando-se os procedimentos de avaliação no prisma tradicional onde a avaliação é empregada com o intuito disciplinador e punitivo. Da mesma forma expõe a posição mediadora da aprendizagem como processo constante de ação-reflexão-ação no que se refere à prática pedagógica. Por fim, propõe-se exceder essa visão classificatória e de punição como um mecanismo de classificação de conhecimento.

Palavras-chave: Prática pedagógica; Avaliação punitiva; Ato de avaliar.

ABSTRACT: This article addresses the dimensions of educational assessment and some specific conceptions of assessment. Exposing concepts related to formative, classificatory assessment, a brief discourse on the form of use in the mediating conception, based on several authors such as, HOFFMANN (2008); LUCKESI (2002); PERRENOUD (1999); ESTEBAN (1999); LIBÂNEO (2006) among others. For that, the approaches were given with bibliographical research, considering the delimited conceptual knowledge in which they present the act of evaluating from the point of view of and classification. Based on the theoretical survey, it is stated that the evaluation in the formative and classifying conception are still present in school institutions. Exploring the evaluation procedures in the traditional prism where the evaluation is used with the disciplinary and punitive purpose. In the same way, it exposes the mediating position of learning as a constant process of action-reflection-action with regard to pedagogical practice. Finally, it proposes to go beyond this classification and punishment view as a knowledge classification mechanism.

Keyword: Pedagogical practice; Punitive assessment; Act of evaluating.

INTRODUÇÃO

A temática Avaliação tem sido vista ao modo de sua complexibilidade, quando se é posta em discussão, de instante já se associa, a escola, exames, índices de desempenhos e outras

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). karinanogueira.20190001749@uemasul.edu.br

² Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). solangesousa.20190001776@uemasul.edu.br

temáticas que envolvem o meio da Educação. Contudo, a temática avaliação é um ponto que transcende o mundo da educação pertencendo à própria existência humana. A avaliação é capaz de ser abordada por intermédio de diferentes dimensões, podendo ser elencada em diversos setores do sistema educacional, de várias maneiras e finalidades. A avaliação pode ser composta por vários níveis tais são: Nacional, institucional, internacional, na sala de aula e curricular.

A avaliação no setor internacional propõe firmar os padrões que possam ser utilizados de aporte para o estabelecimento de normas e propósitos para os órgãos de sistemas de cada país. A avaliação no setor nacional busca analisar a eficiência de ensinamento de cada país, determinando parâmetros e conjunto de regras para os órgãos/sistema de ensino.

No que tange a avaliação institucional que é levada às escolas, instituições de ensino tem o intuito de averiguar todos os elementos do processo educativo, desde o currículo, desempenho do docente, apetrechos didáticos e curso de formação. No que se refere a avaliação curricular pretende analisar o currículo em si, em relação a avaliação da sala de aula é a que está mais próxima do estudante para orientar no seu processo de aprendizagem (CARMINATTI, BORGES, 2012). O que afirma Hoffmann (2008) a avaliação é:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo (p.17).

Portanto, sem uma ponderação dos valores éticos no que se refere a avaliação, é plausível “perder os rumos do caminho, a energia, o vigor dos passos em termos da melhoria do processo” (HOFFMANN, 2008, p. 17) Em vista disso, a avaliação deve ser compreendida num contexto extenso, atuando em cada nível a sua norma. Todavia, o cerne do presente artigo é ponderar acerca de avaliação educacional centralizada na avaliação da aprendizagem e nos tipos de avaliação; somativa e formativa suas funções e seu emprego na prática pedagógica.

OS TIPOS DE AVALIAÇÃO

Absorver os tipos e os diferentes conceitos de avaliação torna-se significativo em razão de sua complexibilidade. Visto disso, o ato de avaliar equivale a exprimir valor no que concerne a alguma coisa, julgar, conteúdo, instrumento ou indivíduo.

A avaliação educacional direcionada para a promoção e desenvolvimento do ensino visa avaliar constantemente a aprendizagem, concedendo valores em categoria referente aos fatores qualitativos e quantitativos. Em vista disso, a avaliação dispõe como fim remeter-se aos objetivos delineados no começo da fase, no planejamento do ensino. O propósito é que estas, no seu desenrolar, não estejam separadas daquilo que tencionado, associada ao seu propósito inicial.

Luckesi (2011) declara que para ser capaz de avaliar necessita-se ter conhecimento sobre as concepções teóricas de avaliação e o principal é polir-se da prática da avaliação, visto que para se ter esses conhecimentos sobre as concepções teóricas é buscando pesquisando e estudando, no entanto, a prática é mais complexa. Transitar da teoria para a prática exige tanto análise, experimento como também compreensão e ainda a procura de novas maneiras do saber fazer.

Nessa direção vale-se conceituar dois tipos de avaliação, e também as suas maneiras de uso, para assim compreender e pensar a respeito de sua conceituação de como avaliar no ato da prática pedagógica.

AVALIAÇÃO FORMATIVA

É efetuada com a finalidade de informar o lecionador e o aluno as resoluções vindas do processo ensino-aprendizagem no decorrer do desenvolvimento das atividades acadêmicas; aponta quais os avanços e as dificuldades que forem se revelando, colabora significativamente para o professor adaptar suas estratégias de ensino às necessidades dos alunos efetuando devidas intervenções, e empregando novas técnicas e metodologias que deem possibilidade para sanar as dificuldades; podendo ser usufruída como fonte de motivação, deixando claro aos alunos de que avaliação não tem como objetivo classificá-lo como mau ou bom aluno, e sim auxiliar no processo de aprendizagem e realizar certas intervenções.

Haydt (1997) enfatiza as características da avaliação formativa:

pode contribuir para o aperfeiçoamento da ação docente, fornecendo ao professor dados para adequar seus procedimentos de ensino às necessidades da classe. A avaliação formativa pode também ajudar a ação discente, porque oferece ao aluno informações sobre seu progresso na aprendizagem fazendo-o conhecer seus avanços, bem como suas dificuldades, para poder superá-las (p. 292-293).

Com isso, Haydt (1997) nos diz que essa modalidade tem a finalidade de monitorar e identificar se os educandos estão alcançando a meta proposta pelo processo ensino-aprendizagem, esse tipo de avaliação propõe analisar novos conceitos. Esse método avaliativo visa orientar a tarefa do professor para que tenha responsabilidade e analise os caminhos a serem percorridos para a execução de um plano de ensino, auxilia a estruturar o planejamento que atenda o aluno, ajudando o professor com respostas que darão suporte a sua prática educativa onde o educando é o centro do processo. Possibilitando o aluno a conhecer o erro e onde errou e porque isso aconteceu, conseguindo assim ser usado como mecanismo de motivação, provocando reflexões de ambas as partes. Tem como meta otimizar o processo de ensino-aprendizagem dessa forma tem por objetivo acompanhar e controlá-lo, ampliando sua importância de ser orientadora, e possibilita o professor identificar possíveis dificuldades oportunizando intervenções na sua atuação didática, assim reestruturando sua prática pedagógica, dando feedback, que oferece condições a recuperação rápida dos alunos.

Nesse pensamento a avaliação formativa aponta os seguintes componentes: regulação do ensino-aprendizagem, autorregulação da aprendizagem, e o feedback. A *regulação* é seguimento da adequação do ensino e da aprendizagem, a regulação é um ato feito pelo professor, onde irá regular e intervir na superação dos percalços dos alunos para que prossigam no processo das aprendizagens. Mas para isso, é necessário que o educador tenha conhecimento do porquê, por quê, para quem, para quem e como ensina, avalia e aprende, havendo mais condições de analisar/avaliar o seu trabalho, e renovar e de levá-lo a outro nível de qualidade.

Já o *feedback* é um componente importante na avaliação formativa, pois colabora para o processo da produção/construção das aprendizagens e dos conhecimentos dos educandos, tanto em superar as dificuldades e os erros, e para o avançar dos saberes manifestados pelos alunos. Todavia, o *feedback* é quando o professor apresenta, diz, explica aos alunos os seus erros e seus acertos a respeito dos conteúdos e atividades que estão sendo propostas para os alunos. Sendo que, o educador não vai apenas apontar o que o educando acertou e o que errou, e sim, “[...] por que, o que faltou, qual caminho deve ser percorrido” (MORAIS, 2011), para que se concretize em um saber enriquecido para o aluno.

O *feedback* proporciona ao aluno a concretizar a autorregulação da sua própria aprendizagem, melhor dizendo, o fundamental para aprender é que o aprendiz consiga detectar

suas dificuldades, entendê-las e autorregulá-las. Para que ele próprio realize o ato de se autorregular, procurando novas maneiras de aprender e precisa saber sobre o que errou, e o porquê errou e que ação ele precisa tomar acerca das dificuldades e erros. Perrenoud (1999) afirma:

Para aprender, o indivíduo não deixa de operar regulações intelectuais. Na mente humana, toda regulação em última instância, só pode ser uma autorregulação, pelo menos se admitirmos as teses básicas do construtivismo: nenhuma intervenção externa age se não for percebida, interpretada, assimilada por um sujeito. Nessa perspectiva, toda ação educativa só pode estimular o autodesenvolvimento, a autoaprendizagem, a autorregulação de um sujeito, modificando seu meio, entrando em interação com ele. Não se pode apostar, afinal de contas, senão na autorregulação (p. 96).

Perrenoud (1999) conceitua a autorregulação como as “capacidades do sujeito para gerir ele próprio seus projetos, seus progressos, suas estratégias diante das tarefas e obstáculos”. Todos os sujeitos apresentam certo grau de autorregularão.

AVALIAÇÃO SOMATIVA

Nesse momento destaca-se a avaliação na perspectiva classificatória na qual diante do exposto apresenta-se alguns autores. (HOFFMANN, 1993; LUCKESI, 2005; NETO e AQUINO 2009). Segundo Hoffmann (1993) a avaliação:

tem se caracterizado como disciplinadora, punitiva e discriminatória, como decorrência, essencialmente, da ação corretiva do professor e dos enunciados que emite a partir dessa correção. Daí a crítica que faça sobre a utilização de notas, conceitos, estrelinhas, carimbos, e outras menções nas tarefas dos alunos. O sentido discriminatório da avaliação começa neste momento. As crianças comparam as tarefas entre si, o número de estrelinhas, classificam-se, elas mesmas (p. 87).

Deste modo, para Hoffmann (1993) a avaliação classificatória ainda se encontra presente nas escolas do Brasil, assim caracteriza-se pelo destaque para o aspecto disciplinador e punitivo, e por isso não proporciona reflexão no que concerne o processo de construção dos conhecimentos e das aprendizagens dos educandos e não ajuda este mesmo indivíduo a vencer os seus erros e suas dificuldades, visto que classifica-se e compara-se uns com os outros, estabelecendo-se de “[...] notas, conceitos, estrelinhas, carimbos, [...]” (HOFFMANN, 1993, p.87), em outras palavras, fica definido se o estudante é ótimo; bom; regular ou ruim. Cabe enfatizar que alguns alunos e professores terminam ressaltando em primeiro instante o aspecto quantitativo (nota e o resultado) deixando por secundária a reflexão sobre o processo de aprendizagem do educando.

Neto e Aquino (2009) acentuam as características da avaliação classificatória “indica uma simples verificação quantitativa daquilo que o aluno aprendeu dos conteúdos abordados; avalia-se o resultado final, e não o processo; somente são levados em consideração os aspectos técnicos da avaliação.”

Dessa forma, para Neto e Aquino (2009) a avaliação classificatória aborda as seguintes características: priorizando o aspecto quantitativo, isto é, o que interessa é a quantidade de acertos manifestado pelos alunos, e não o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos dos educandos, no qual, o ato de analisar a aprendizagem do aluno é breve, pois prioriza a nota e o resultado final, deixando de cooperar para se superar as dificuldades e os erros manifestados pelos alunos no decorrer do processo avaliativo e educativo, além de que, o avaliar classificatório condiz como ameaça para manter a disciplina. Dessa maneira, a avaliação de caráter

classificatório faz-se de, segundo Luckesi (2002)

A avaliação educacional escolar assumida como classificatória torna-se desse modo, um instrumento autoritário e frenador do desenvolvimento de todos os que passarem pelo ritual escolar, possibilitando a uns o acesso e aprofundamento no saber, a outros a estagnação ou a evasão dos meios do saber (p. 37)

Diante disso, para frisar a avaliação somativa tende na classificação das results da aprendizagem conquistados pelos aprendizes ao fim do processo com o papel de classificar o educando e medir o processo avaliativo. Todo tipo de avaliação obtém uma função exclusiva que deve ser utilizada em diferentes etapas do processo avaliativo, assim suas funções consistem na forma de uso e dos propósitos que destina atingir.

FORMAS DE USO: VISÃO TRADICIONAL

A ação avaliativa se baseia no ambiente educacional e até então é presente em inúmeras instituições e suas maneiras de uso se apoiam em conceitos pedagógicos tradicionais. No prisma tradicional a avaliação é empregada como um mecanismo de controle, de comparação, de medida e de classificação.

Nessa lógica, a prática de avaliação usada nas instituições, em sua maior parte, é limitada a uma função de controle é medido a um resultado quantitativo atingido através de provas. Nesse ponto de vista tradicional, o professor determina a avaliação a um instrumento de controle que é aplicado para mensurar os conteúdos memorizados pelos alunos. Portanto, a prática avaliativa abrange proporções de uma prática que produz um sistema pré-estabelecido onde o professor e escola desempenham um papel de autoridade do saber e o aluno como receptor de aglomerados conteúdos.

A avaliação utilizada no conceito classificatório, a qualidade designa-se a parâmetros pré-estabelecidos, em fatores comparativos: gabaritos de respostas, às atividades, critérios de promoção, padrões de comportamento modelo.

Frequentemente a avaliação feita pelo professor se fundamenta na fragmentação do processo ensino/aprendizagem e na classificação das respostas de seus alunos e alunas, a partir de um padrão predeterminado [...] a avaliação escolar, nesta perspectiva excludente, silencia as pessoas, suas culturas e seus processos de construção de conhecimentos; desvalorizando saberes fortalece a hierarquia que está posta, contribuindo para que diversos saberes sejam apagados, percam sua existência e se confirmem como a ausência de conhecimento (ESTEBAN, 1999, p. 14 - 15).

Conforme pode ser ponderado ao usar a avaliação como uma função de medir ou classificar, foge do princípio essencial de sua função, gerando uma forma de “Ao exercer uma avaliação como função estritamente classificatória e burocrática, persegue-se um princípio claro de descontinuidade, de fragmentação, de segmentação, ou seja, parcelar o conhecimento.” (CARMINATTI; BORGES, 2012, p. 171).

A avaliação é do mesmo modo utilizada como meio de penalizar e hierarquizar. Ainda assim, sendo usada como um meio de punição e/ou exclusão, ela se faz uma ferramenta de controle e de reprodução. É plausível entender esses questionamentos da avaliação como punição ou sistema, na medida em que se percebe os fatores que são hereditariedades históricas que tem início na formação do professor e se perduram na procriação destes quando se tornam atuantes/docentes.

Ao dispor a avaliação como um instrumento excludente, do mesmo modo estabelece-se um sistema de controle social, nas quais só têm acesso determinados privilégios aos que se moldarem ao sistema decidido pelos que têm o poder de ditar o que é lecionado e cobrado.

É possível compreender que os fatores associados ao controle se estenderam de tal forma à educação que seus dispositivos tornaram-se indissociáveis a toda prática pedagógica. Instituem-se, então, valores, normas, hierarquias, poderes que ao longo dos tempos foram alterando suas performances, mas ao mesmo tempo enraizaram-se nos terrenos férteis da educação, fortalecendo segundo controversos interesses educativos, sociais e políticos de cada época. Tal trajetória tem incidências reais no processo avaliativo instaurado a partir dessa organização escolar administrativa e pedagógica, cujas consequências também estão presentes no paradigma educacional contemporâneo (CARMINATTI, BORGES, 2012, p. 163-164).

Na prática, a avaliação tem se tornado bastante usada mais como uma forma de punir e não de como ferramenta de assistência na transformação da educação. Dessa maneira, a avaliação classificatória recusa o desempenho do processo de conhecimento tendo um fim em si mesma. A avaliação punitiva é empregada como controle social de hierarquização. Nisso, com o intuito (avaliação) de amedrontar, na qual o erro é realçado, por certo que é uma avaliação voltada a punir. Sobre o modelo de avaliação excludente Luckesi (2000) anuncia que:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam (p.17).

A intervenção de uma avaliação inclusiva estima especialmente a finalidade maior de quaisquer práticas educativas, o ensino independente, interativo (participação), a aprendizagem valorizada e adequada com os objetos determinados, dessa maneira, a avaliação é viabilizada com uma visão política de atuação, que apresenta e opera para ser inclusiva.

FORMAS DE USO: VISÃO MEDIADORA

Na contramão à concepção tradicional da avaliação aparece uma concepção mediadora da aprendizagem. A avaliação nessa perspectiva é posta como processo.

O processo avaliativo mediador se remete a acompanhar, compreender e facilitar o progresso contínuo do aluno no decorrer de cada etapa. Sendo assim, “a dinâmica da avaliação é complexa, pois necessita ajustar-se aos percursos individuais de aprendizagem que se dão no coletivo e, portanto, em múltiplas e diferenciadas direções” (HOFFMANN, 2008, p. 78).

A avaliação como procedimento que não se restringe a execução de exame todo dia, e sim ao acompanhamento consecutivo do educador no que tange ao desempenho, desenvolvimento e apropriação do conhecimento do educando, numa ação interligada em que se apresentem colabore para a prosperidade na aprendizagem. Sobre a forma de avaliar:

Segundo o professor Cipriano Carlos Luckesi, a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho. [...] A apreciação qualitativa desses dados, através da análise de provas, exercícios, respostas dos

alunos, realização de tarefas etc., permite uma tomada de decisão para o que deve ser feito em seguida. (LIBÂNEO, 2006, p. 196)

Vasconcellos (2013, p. 142) afirma que “Ensinar é preciso. Classificar não é preciso”. Superior a um olhar classificatório da avaliação seu objetivo tem de ser de estimular e orientar novos rumos soluções de situações problemas.

O processo avaliativo não pode ser demarcado em etapas, início, meio e fim, presumindo que esse tem de ser um processo dialético constante e analisado por inteiro. Por conseguinte, “todo o trabalho pedagógico direciona-se á busca de novos conhecimentos [...] mediar a experiência educativa significa acompanhar o aluno em ação-reflexão-ação” (HOFFMANN, 2008, p. 91-92).

A intervenção docente produz no educando e no educador uma apreensão diferente, por conseguinte, é necessário que os dois façam uma ponderação a respeito das novas conquistas e pensem sobre os novos passos.

O incitamento de mudança da prática pedagógica a todo momento é árduo, por tanto requer uma conversão de posicionamento ainda mais de concepções pedagógicas enraizadas em nossa práxis. “A mudança da concepção e da prática não se dará nos isolando do cotidiano para dedicarmos-nos exclusivamente ao estudo, ou deixando de lado as teorias e mergulhando de cabeça na prática; estes caminhos são equivocados por romperem a unidade dialética entre ação e reflexão” (VASCONCELLOS, 2013, p. 25).

Segundo Hoffmann (2008) e estudiosos como, Luckesi, Perrenoud entre outros, se mostram preocupados em exceder essa visão positivista da avaliação classificatória para assim introduzir uma visão no sentido, ético, estético, consciente das diferenças e comprometido com a formação do sujeito.

O Sistema Educacional, escolas, educadores e alunos necessitam compreender que a conversão de posicionamento nas práticas avaliativas é algo essencial quando se procura uma melhoria da qualidade na educação. Dessa forma, a função do avaliador não é medir o sucesso, ou o fracasso do aluno, e sim auxiliar no seu crescimento e processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com que foi visto, apesar de o tema avaliação ser argumentado por abordagens distintas, estes se estabelecem em um só contexto, firmando a grandiosidade do tema avaliação, seja ela esmiuçada conforme o prisma da sala de aula ou esmiuçada como modo de guiar o sistema educacional, percebemos a complexidade do tema avaliação. Contudo, é evidente sua relevância para se chegar a uma educação com qualidade social.

Ao explicarmos a avaliação da aprendizagem na concepção classificatória e formativa, apoiando-se nos fundamentos dos autores teóricos LUCKESI (2002); PERRENOUD (1999); HOFFMANN (2008) entre outros, a avaliação pode se apresentar nestas duas formas, de acordo com a concepção construída pelo educador.

Dado que ambas estejam presentes nas instituições escolares, ressaltamos, então, a relevância de ser realizada na concepção formativa, com intuito/esforço de diminuir a concepção classificatória, visto que na formativa tem-se o olhar para avaliar o percurso da construção da aprendizagem do aluno, da mesma maneira o fazer pedagógico do professor no processo educativo. Já na avaliação com concepção classificatória é voltada para o ponto disciplinador e punitivo, impedindo a oportunidade de realizar a reflexão a respeito do processo de construção dos saberes dos alunos.

REFERÊNCIAS

CARMINATTI, S.; BORGES, M. Perspectivas da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade. **Est. Aval. Educ**, São Paulo, v. 23, n. 52, 2012. p. 160-178.

ESTEBAN, M. T. **A avaliação no cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A 1999.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino – aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1997.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 1993.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, D. A. F. de. Prova: instrumento avaliativo a serviço do ensino e da aprendizagem. **Est. Aval. Educ**, São Paulo, v. 22, n. 49, 2011. p. 233-258.

NETO, A. L. G. C.; AQUINO, J. de L. F. **A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica?** **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, 2009. p. 1-7.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem: Práticas de mudança – por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2013.